

# **A CORREÇÃO MONETÁRIA NA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR**

**HUMBERTO GOMES DE BARROS\***

*Advogado no Distrito Federal, Procurador do Distrito Federal,  
Membro do Conselho Seccional da OAB — DF, e  
Sócio do Instituto dos Advogados do Distrito Federal*

A atividade profissional levou-me ao exame desta questão. Do estudo, ocorreram-me alguns apontamentos, que poderão servir como roteiro a quem tencione elucidar o problema.

## **I) Caráter Explicitante das Leis sobre Correção Monetária**

A tese de que a correção monetária é instituto de aplicação restrita encontra reiterada contradita na jurisprudência de nossos tribunais, especialmente da Corte Suprema.

Este Pretório, já em 1958 — antes, mesmo, da Lei nº 4.357, de 1964 — entendia ser correto fixar-se pensão alimentícia com valor que acompanhasse as variações do salário-mínimo.

Com sua precisão conceitual, PONTES DE MIRANDA destaca a exata natureza das leis de correção monetária. Para o grande jurista, as normas contidas em tais diplomas são meramente explicitativas. Têm como escopo “pôr em relevo que não é contra o direito vigente (o estado atual do sistema jurídico) o que elas editam e que o fazem para pôr em uso o que não se tem praticado”<sup>1</sup>.

## **II) A Obrigação de Indenizar como Geratriz de Dívida de Valor**

Tal orientação é consequência do correto entendimento do conteúdo da obrigação *ex delicto*, emanada do art. 159 do Código Civil.

Por este dispositivo quem — mediante culpa — vier causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano: a *indenizar*.

---

<sup>1</sup> *Apud* a Correção Monetária no Direito Privado — Arnold Wald Rev. Forense, vol. 214, pág. 11.

Note-se que a sanção cominada pela Lei Civil não cogita no pagamento da quantia despendida com reparação do dano. Por efeito dela, quem pratica ato ilícito está obrigado a *reparar o dano*; a repor o patrimônio de quem o sofreu, nas condições em que estaria se não houvesse o evento ruinoso.

O caráter repristinatório da obrigação de indenizar é que faz a ela corresponder uma dívida de valor, isto é, que deve solver-se, não por um número determinado de unidades monetárias, mas por quantia capaz de representar — no tempo do pagamento — o valor da ofensa patrimonial sofrida.<sup>2</sup>

Bem a propósito, a advertência de PONTES DE MIRANDA no monumental Tratado de Direito Privado:

deve-se ter sempre em vista que as indenizações são dívidas de valor até o momento de serem prestadas.<sup>3</sup>

Mais adiante, o ensinamento perfeito:

O dano há de ser indenizado segundo o que custa a reparação no momento de ser adimplida, se não houvesse ato do credor, ou mora creditoris que o impedem.<sup>4</sup>

Assim é a vontade de nossa lei. Do contrário, não haveria indenização, mas deslavado engodo.

Com efeito, haveria a reconstituição do patrimônio lesado — em período de inflação galopante a 25% ao ano — quando, para recompor prejuízo de Cr\$ 100,00, se entregam dois anos após, exatamente Cr\$ 100,00? — NÃO: uma simples operação matemática, demonstrará que o vazio foi recomposto em apenas 50%.

---

<sup>2</sup> cb. SANTIAGO DANTAS — Problemas de Direito Positivo, pág. 28; WAS HINGTON DE BARBOS MONTEIRO — Curso de Direito Civil, vol. 4º pág. 81; ORLANDO GOMES — Transformações Gerais do Direito das Obrigações, pág. 114 e TULLIO ASCARELLI — Problema das Sociedades Anônimas e Direito Comparado. ARNOLD WALD — Aplicação da Teoria das Dívidas de Valor às Pensões Decorrentes de Atos ilícitos.

<sup>3</sup> Vol. 26, pág. 299.

<sup>4</sup> Op. cit. Vol. 26, pág. 300.

Surge daí a questão: terá, nesta hipótese, o Estado entregue a prestação jurisdicional (a reconstituição do patrimônio ofendido) a quem tem direito? — A resposta é, ainda, NÃO: entregou-a pela metade, praticando injustiça, deixando de cumprir a lei, falhando em seus objetivos.

Nada vale o argumento de que o acréscimo de perdas e danos à condenação tem o efeito de reparar a anomalia. Tal não acontece.

Em realidade, tais privações, no sentido em que são entre nós empregadas, referem-se aos efeitos da lesão original, aos subprodutos do ato ilícito, que não devem ser confundidos com sua causa mediata. A reparação — para atender ao preceito legal — deve abrangê-los, concomitante, integral e independentemente da reposição principal.

Falar-se em juros moratórios, como forma de suplementar o reparo — à vista das limitações da Lei de Usura e da taxa de desvalorização monetária hoje em curso — é raciocinar em completo divórcio com a realidade. Tanto mais, que o cálculo de tais acréscimos incide sobre o valor histórico do prejuízo.

Aliás, os juros não só podem constituir em elementos de recomposição patrimonial. São eles, apenas, frutos que produziu ou que deveria ter gerado o bem jurídico (conforme sejam compensatórios ou moratórios).

### **III) A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**

A pesquisa de remédio capaz de tornar imune à desvalorização da moeda o conteúdo dos ressarcimentos por atos ilícitos, sofre constante desvelo em nosso mais alto Tribunal — sempre atento ao fato de que o Direito é filho da vida e lhe deve acompanhar a evolução.

Assim, a jurisprudência do Pretório Excelso vem aplicando — cada vez com maior ênfase — a correção monetária na prestação que deverá corresponder ao ressarcimento.

Já em 1958, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 37.529, o Supremo chegava a este acórdão, mais tarde confirmado em grau de embargos:

Pingentes — Responsabilidade dos transportadores que não impedem esse meio de viagem e, ao contrário, os vai aceitando ou tolerando — Pensão fixada ao nível do atual salário-mínimo, com direito às suas posteriores modificações.<sup>5</sup>

Hoje, a possibilidade de correção monetária já não mais se restringe às pensões alimentícias. Era recente decisão, a Corte Suprema adotou orientação bem mais ampla. Ei-la:

Responsabilidade Civil da União — A indenização deve ser calculada em função da moeda ao tempo da liquidação das perdas, danos e lucros cessantes, como tem entendido a jurisprudência hoje predominante do STF.<sup>6</sup>

Ainda em 23 de abril de 1970, a Corte Suprema decidiu à unanimidade o R.E. nº 69.002 em que se confirmou tal jurisprudência.

Está aí o coroamento de uma doutrina erigida sobre longa e constante elaboração: a que enxerga na obrigação proveniente do ato ilícito, uma dívida de valor, cuja atualização independe de pedido expresso, mas é consequência de sua própria natureza.

Devem-se ao Tribunal de Justiça de São Paulo os primeiros movimentos de assimilação da tese doutrinária pela jurisprudência. Já em 1968 assim decidia esta Corte:<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Ementário do STF, vol. 444.

<sup>6</sup> R.T.J. — Vol. 44, pág. 108 — Rel. Min. Aliomar Baleeiro.

<sup>7</sup> Sensível o aperfeiçoamento ocorrido entre esta decisão pioneira, e a mais recente jurisprudência do STF: a data em que se fixaria a correção, é hoje aquela em que se

Responsabilidade Civil — Danos causados por construção a prédio vizinho — Indenização decorrente de danos ocasionados por obras no prédio vizinho, verificados em vistoria preparatória deve ser corrigida, correspondendo à data do julgamento.<sup>8</sup>

#### **IV) A Correção Monetária no Direito Civil**

Esta orientação, depois de acatada na doutrina e na jurisprudência, foi recebida parcialmente em nosso direito legislado. Assim é que hoje, em matéria de desapropriação e de tributos, há texto expresso determinando a correção pecuniária.

Agora, o princípio da reparação integral prepara-se para receber um tratamento mais carinhoso do Direito Privado.

O Projeto de Lei n° 333-B/67, originário da Câmara dos Deputados e já aprovado por este órgão Legislativo, amplia o conceito de perdas e danos inscrito no art. 1.061 do Código Civil, acrescentando-lhe ainda três parágrafos. O primeiro destes vai assim redigido:

§1° — Se, entre a data do vencimento da obrigação e a do seu efetivo pagamento, ocorrer desvalorização do poder aquisitivo da moeda, o devedor pagará, além das perdas e danos e do principal e acessórios, a importância em dinheiro correspondente à desvalorização sofrida pelo principal.

Transformado em Lei o projeto, estará simplesmente facilitada a atuação de norma já existente com plena exeqüibilidade no Direito Brasileiro.

Em verdade, a correção monetária de dívida por responsabilidade civil, longe de enfrentar uma vedação legal, é um imperativo emanado do art. 5° da Lei de Introdução ao Código Civil a incidir sobre o intérprete do art. 157 do Código Civil.

---

liquidarem as perdas. O acórdão paulista a 1968 adotava para este fim o dia do julgamento.

<sup>8</sup> TJSP — 5.ª Câm. Civ. Ap. n° 169-197 — SP — Rel. Des. Gomes Corrêa julgado em 13-10-68 — apud Boletim AASP n.º 556.

Este, o lembrete contido na lição de Arnold Wald:

Mas, enquanto houver inflação, a correção monetária se impõe para que o direito não nos leve a cometer injustiças, em nome de um princípio no qual não acreditamos, que é a ilusão e a ficção da estabilidade do poder aquisitivo da moeda, que não está na Constituição nem na Lei. Ao contrário a própria Constituição Federal reconhece, no seu art. 193, a existência de alterações no poder aquisitivo da moeda.<sup>9</sup>

O reajustamento pecuniário da obrigação é medida terapêutica no sentido de elidir a incidência dos males provenientes da inflação sobre o patrimônio lesado.

É necessário, contudo, uma solução profilática capaz de atacar o mal em sua causa. Esta, apenas conseguir-se-á com a síntese de dois elementos: a estabilidade da moeda e a edição de normas adjetivas que facilitem distribuir-se Justiça com presteza e segurança.

### **Notas Biográficas:**

Humberto Gomes de Barros, formado pela Faculdade Nacional de Direito, em 1962, Advogado no Distrito Federal, Procurador do Distrito Federal, Membro do Conselho Seccional da OAB — DF, Sócio do Instituto dos Advogados do Distrito Federal.

---

<sup>9</sup> A Correção Monetária no Direito Privado. Rev. Forense, vol. 214, pág. 11.